



## **MEMÓRIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2021, das 10 às 11 horas, realizou-se por via videoconferência a 37ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Compareceram os representantes das seguintes instituições: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU, da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, do Ministério Público do Trabalho – MPT e da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício Kalache (MPPR)**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, antes de discorrer sobre a pauta, comentou sobre o site institucional da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná (<http://www.rededecontrole.pr.gov.br/>) e as buscas possíveis no sitio eletrônico. Também, reforçou a importância da Rede, tendo em vista a integração de diferentes níveis de governos e de áreas na definição de pautas de interesse comum. Aproveitou para ressaltar que o Regimento Interno, disponibilizado em <http://www.rededecontrole.pr.gov.br/Pagina/Rede-de-Controle-no-Estado-do-Parana>, é uma ferramenta de orientação, cuja interpretação flexível permite adequações para garantir a efetividade do trabalho da Rede. Explanou a possibilidade dos membros das Comissões também participarem das reuniões ordinárias do Colegiado, visando maior compartilhamento de conhecimento e experiências, observado, porém, que voz

e voto serão exclusivos do titular do Colegiado. Adicionalmente, as comissões devem ter uma dinâmica própria de reuniões e trazerem nas reuniões ordinárias do Colegiado os assuntos relevantes. Por fim sugeriu que cada Comissão tenha um coordenador escolhido por seus membros. Após a introdução, submeteu aos membros do Colegiado o exame das atas das reuniões ocorridas nos dias 04/12/2020 (37ª Reunião Ordinária), 22 e 29/01/2021 (1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias, que foram aprovadas por unanimidade. E, deixou a palavra aberta.

**Bruno Galatti (MPPR)** aproveitou a oportunidade para solicitar esclarecimentos ao TCE e TCU sobre a existência de recomendação específica a respeito da transparência do Plano de Vacinação da COVID-19.

**Rafael Ayres (TCE/PR)** informou que foram encaminhados aos municípios um questionário sobre a vacinação com quinze perguntas, abrangendo quatro eixos: plano de ação, divulgação, logística e sistema de informação. Até o momento, foram obtidas respostas de 330 municípios, dos quais 97% afirmaram ter Planos de Vacinação Municipais e cerca de 30% não deram publicidade aos critérios de priorização. Essa ação desempenhada pelo TCE/PR é classificada como uma medida preventiva e pedagógica, com o intuito de nortear os municípios. Por fim, complementou informando que a Coordenação-Geral de Fiscalização do TCE vem estudando metodologias para implantação de um Índice de Transparência Pública da vacinação.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** externou o anseio de ir além do âmbito estadual da instituição. O TCU tem como meta acompanhar os 26 Estados e, se possível, as capitais, podendo ser ampliado aos demais municípios, a fim de replicar as boas práticas adotadas entre os entes federativos.

**Margaret Carvalho (MPTPR)** explanou algumas preocupações: (i) quantidade de “fura filas”, por conta da desorganização das secretarias estaduais e municipais de saúde; (ii) a impossibilidade de exigência de cadastro em aplicativos para promoção da transparência; (iii) uso de equipamentos de proteção individual classificados como indevidos; e (iv) prestação de contas dos recursos para a União.

**Paula Cristina Conti Tha (MPF)** aproveitou o ensejo para divulgar webinar sobre os desafios de vacinação, que ocorrerá na próxima semana.

**Valéria Borba (MPC)** acredita que o processo de vacinação deve estar mais bem estruturado, tendo em vista a grande demanda para poucas doses de vacina. Sendo, portanto, inevitável a ocorrência de “fura filas”. Considera que os Poderes Públicos em todas as esferas devem se unir a fim de acelerar o processo de vacinação.

**Matheus Gruber (CGE/PR)** expôs algumas medidas adotadas pela CGE/PR: (i) edição da Resolução CGE nº 06/2021 para transparência em relação ao quantitativo dos vacinados por grupo e região; (ii) CGE Itinerante fez a pesquisa de satisfação na 03ª, 15ª, 16ª, 17ª e 21ª Regionais de Saúde, para verificação da forma de distribuição e quais medidas estão sendo adotadas; (iii) Estado disponibilizou mais de R\$ 2 milhões em insumos para vacinação aos municípios; e (iv) levantamento diário de denúncias que em casos afirmativos da veracidade terão apuração na Coordenadoria de Corregedoria, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

**Bruno Sergio Galatti (MPPR)** sugere que sejam estabelecidas as responsabilidades de cada servidor envolvido no processo de vacinação, por meio de ato administrativo específico.

**Ney da Nóbrega Ribas (OSB)** ressalta a importância do cumprimento de prazos previstos em legislações, objetivando garantir a transparência dos contratos, logísticas, pagamentos, entre outros.

**André Rolim Romagna (CGU)** informou que o Ministério da Saúde vem realizando debates internos e que, após deliberações conclusivas, estas seriam repassadas aos demais entes federativos.

**Francisco Horst Bignardi Reinhardt (RFB)** relatou a ocorrência de apreensões de mercadorias irregulares vinculadas à COVID-19, que são redistribuídas para as regiões próximas ao porto.

**Maurício Kalache (MPPR)** reforçou a importância da comunicação entre os órgãos envolvidos na Rede a fim de evitar retrabalho. Externou a ideia de criação de protocolo de possíveis compartilhamento de dados entre os entes. Por fim, validou a possibilidade das reuniões ordinárias ocorrerem mensalmente nas sextas-feiras às 10

horas, bem como informou que irá convidar os integrantes das Comissões para uma primeira reunião de ajustes da metodologia a ser adotada.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

<b>DELIBERAÇÕES</b>			
<b>nº</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Previsão</b>
1	Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública.	Colegiado	05/02/2021
2	Aprovação da criação de comissão especial e temporária para o acompanhamento das ações de governo contra a pandemia.	Colegiado	05/02/2021
3	Indicações dos representantes das instituições no Colegiado e nas Comissões Permanentes.	Colegiado	-
4	Convite aos integrantes das Comissões Permanentes para reunião de alinhamento das atividades.	Maurício Kalache	-
5	Agenda da próxima reunião – primeira sexta-feira do mês de março às 10 horas.	Todos	05/03/2021